

Racialidade e Processos Grupais: Reflexões Sobre o Papel da Psicologia Institucional no Desenvolvimento do Ensino-Aprendizagem

Racality and Group Processes: Reflections on the Role of Institutional Psychology in the Development of Teaching and Learning

Dilce Melo Santos¹

Pedro Lucas da Cruz de Oliveira²

Resumo

Dentre as especificidades da educação, proporcionar um ambiente seguro e afetivo para a construção de um saber continuado e livre de amarras sociais não relacionadas a estereótipos e preconceitos, deve ser um deles. Os processos grupais por vezes reforçam conceitos teóricos já refletidos, tais como “minorias psicológicas” que possuem seu destino coletivo terceirizado a uma minoria seleta, tais implicações também podem ser percebidas no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, objetiva-se com a presente pesquisa discutir como aspectos grupais são fundamentais no contexto contemporâneo, bem como quais são suas influências na construção do pertencimento e da adaptabilidade dos estudantes. O presente estudo possui uma metodologia científica com abordagem descritiva, bibliográfica e qualitativa, utilizando os descritores em saúde: Fatores raciais, grupo social e educação, bem como artigos provenientes do indexador SciELO e livros ligados ao tema. Por fim, considera-se que após revisão de literatura, compreende-se que as questões raciais são sobretudo sociais e históricas, não se esgotando no passado e permanecendo predominantes inclusive no contexto educacional. Para tanto, pode-se publicizar que a historicidade deve ser resgatada para fundamentar eventuais entendimentos e análises de processos grupais múltiplos.

Palavras-chave: Fatores raciais; Grupo social; Educação.

Abstract

Among the specificities of education, providing a safe and affective environment for the construction of knowledge that is continuous and free of social ties unrelated to stereotypes and prejudices must be one of them. Group processes sometimes reinforce theoretical concepts that have already been reflected upon, such as "psychological minorities" who have their collective destiny outsourced to a select minority; these implications can also be perceived in the teaching-learning process. The aim of this research is to discuss how group aspects are fundamental in the contemporary context, as well as their influence on the construction of belonging and adaptability in students. This study has a scientific methodology with a descriptive, bibliographic and qualitative approach, using the health

¹ Graduada em Educação Física pela ACADEMIA DE EDUCAÇÃO MONTENEGRO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA MONTENEGRO DE IBICARAIÁ-BA (1993), Graduada em PEDAGOGIA pela FACULDADE REGIONAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CANDEIAS (2015), Mestrado em Educação - Inovações Pedagógicas pela UNIVERSIDADE DA MADEIRA (2011) e Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade San Carlos (2014) Revalidado pela UFRJ em 23/11/2018. Atualmente é Graduanda do Curso de Psicologia da UniFTC. Email - dilcemellotcc@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000.0002-90515328>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3790309657052675>.

² Graduando em Psicologia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). Email- sennajackson2506@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8413-4716>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9619138737488558>.

descriptors: racial factors, social group and education, as well as articles from the SciELO indexer and books on the subject. Finally, after reviewing the literature, it is understood that racial issues are above all social and historical, not exhausted in the past and remaining predominant even in the educational context. To this end, it can be publicized that historicity must be recovered in order to support possible understandings and analyses of multiple group processes.

Keywords: Racial factors; Social group; Education.

1. INTRODUÇÃO

Pensar a humanidade sem o contexto grupal é praticamente impossível, um ser isolado no meio de uma ilha, sem contato com nenhum agente externo ou sem nenhuma troca interpessoal teria o seu devido potencial reduzido ou nunca desenvolvido. O ser se desenvolve enquanto biopsicossocial na fronteira com o outro.

Todos precisamos de terceiros, essa frase é dita dezenas de vezes pelas mais variadas bocas, possui sentido completo ao pensar no quanto trocamos com o meio nas atividades mais comuns, tais como pagar uma conta ou comprar um produto em um mercado. Embora se utilize exemplos contemporâneos, a historicidade corrobora a tese apresentada. Partindo do arcabouço teórico produzido por George Lapassade (1924-2008), os grupos podem ser entendidos de maneira analítica pela chamada "análise institucional" que consiste na forma de compreender como as relações são instituídas, estabelecidas e mediadas. Segundo ele, a sociedade pode ser analisada pela compreensão do grupo, da organização e da instituição, em ordem de poder na escala social.

Outra definição teórica que pode ser entendida é entender o grupo pode ser caracterizado como um conjunto de pessoas que têm interações objetivas entre si durante um período de tempo e compartilham um percurso, uma identidade ou um conjunto de objetivos em comum (KASSIN; FEIN; MARKUS, 2021). Toda troca entre seres perpassa pelos grupos, sendo assim, é crível dizer que os grupos fazem parte da base da vida cotidiana, embora seja primordial no contexto civil, está subordinado a níveis superiores de organização, sendo sobredeterminado pelo contexto posto, mais especificamente pela institucionalidade.

O instituído (superiormente) é perpassado pelas rotinas, leis, respostas aceitas ou corrigidas, isto pode ser percebido na fala com terceiros do mesmo grupo. Existe há mediatização de aspectos institucionais inclusive na primariedade dos grupos, mesmo que não seja um componente perceptível para os demais (GUIRADO, 2004). Os processos grupais são portanto provenientes de aspectos estabelecidos, não existe portanto ocasionalidade nós mesmos, nem finalidade estabelecida e fechada, muito menos está associada a paz e harmonia

necessariamente, mas sim ao processo de identidade e eventuais contradições (MARTIN-BARÓ, 1989).

Conforme Lapassade (1977, p. 186):

Os conjuntos sociais: os grupos, as organizações e as instituições - tomando-se esse último termo ao nível das estruturas da sociedade global - nunca são fechadas em torno deles mesmos. Um grupo primário é sempre tomado nas determinações das organizações e das instituições; uma organização social - escola, empresa, hospital - comunica-se necessariamente com outras organizações em conjuntos institucionais; além disso, a organização nunca é totalmente homogênea: na empresa, organizações encontram-se, cooperam, entram em conflito.

Assim sendo, os grupos, bem como os seus processos (processos grupais) representam muito mais a heterogeneidade, mudança e divergência, sendo palco de conflitos internos que podem ser benéficos a médio e longo prazo, esclarecendo aspectos ocultos ou não tratados pelos entes envolvidos. Em um dilema eterno entre foro íntimo e coletivo, o indivíduo necessita do grupo enquanto caractere socializado na humanidade, mas não pode e não deve abrir mão do seu “eu” em face do “nós” podendo surgir faíscas interpessoais pois “o exercício dos papéis pelos indivíduos em relação aos grupos é gerador de contradição, pois os papéis sociais reproduzem a dinâmica básica dos papéis históricos, isto é, a relação dominador-dominado [...]” (SILVA; GUEDES, 2015, p. 187).

Utilizando as ideias de Émile Durkheim (1858-1917) reflexões acerca das influências do pensamento coletivo podem ser feitas, principalmente de sua influência na individualidade:

A consciência coletiva é, afinal, a que determina a consciência individual. As relações entre a sociedade e o indivíduo se explicam mediante o mecanismo da coerção. Os fatos sociais exercem um poder coercitivo sobre as pessoas. A coerção que a sociedade exerce sobre os indivíduos pode adotar diferentes formas: a sanção, que deriva da infração das leis, as limitações impostas pela linguagem, a influência social, as restrições impostas pelo desenvolvimento natural ou tecnológico, e as crenças, normas e regras que se aprendem durante o processo de socialização (ÁLVARO; GARRIDO, 2017, p. 8).

O social, bem como a representação da coletividade se sobressai ao pessoal, teria então o indivíduo algum grau de autonomia em grupos e na própria sociedade? As influências do meio no desenvolvimento de comportamentos variados é constatada pela reprodução maciça de repertórios comportamentais, bem como inibição de outros. Olhando de maneira específica para grupos sociais tais como: idosos, crianças e adolescentes, suas expressões verbais e

comportamentais estão sujeitas às contingências do meio, bem como as punições sociais veladas. A adolescência, bem como a infância estão subordinadas às regras, pressupostos e mandamentos dos responsáveis.

As tensões embora sejam lidas enquanto fator negativo na dicotomia estabelecida até então, é comum em grupos diversos independentemente de seus respectivos tamanhos e finalidades. Divergências são produto da individualidade, seres diferentes entre si agrupados pensam e agem dentro singularidade, embora estejam “juntos”. Nutrir a reflexão acerca do que se é exposto no contexto grupal faz parte do próprio processo contínuo de pertencimento, a absorção não absoluta ou imediata de pressupostos e diretrizes é natural, tendo em vista a ambivalência eterna entre razão e crítica no interior do eu, como preconiza a Gestalt, em explicações acerca do todo e de suas partes:

O grupo é construído a cada dia, pelos indivíduos, e com a participação coletiva dos integrantes desta comunidade. O indivíduo é um Ser social, e gosta de compartilhar com seus semelhantes as formas de agir, pensar, aprender. É a estimulação que constrói os significados das interconexões das relações e estabelece uma existência. A natureza do grupo pode estabelecer diferença real sobre as atitudes e os comportamentos do indivíduo. Podemos considerar os princípios da Gestalt da interação entre as partes e o todo, que introduz importante qualificação nas sugestões de prestígio do indivíduo perante o grupo -, são influenciados pela opinião do outro, com crítica ou com aceitação (FERREIRA, 2014, p. 53).

Trabalhar em equipe não significa necessariamente atuar em grupo, diferenciações precisam ser feitas, pois “falar de equipes e grupos não equivale a dizer que esses dois termos são sinônimos, mas que, por meio da compreensão dos processos grupais presentes nas relações cotidianas das equipes, se pode construir a equipe, sua capacidade de gerar críticas [...]” (FORTUNA; MISHIMA; MATUMOTO; PEREIRA, 2005, p. 264).

Assim sendo, indivíduos podem ser lidos enquanto coletivos ou equipes, muito embora não se comportem enquanto grupo. De qualquer sorte, os processos grupais ocorrem na coletividade, mesmo que aconteça em pequenos grupos, verdadeiros nichos casuísticos que se formam em faixas etárias, classes sociais e opiniões diversas.

Acerca dos pequenos grupos e suas funcionalidades, conclui-se:

A maioria dos pequenos grupos existente na sociedade caracteriza-se na verdade, como grupo funcional, pois sua identidade é construída pelo papel social que o indivíduo desempenha, sendo o poder centrado geralmente na capacitação e na ocupação social de seus membros, tendo, portanto, como

eixo de sua atividade grupal a satisfação de necessidades sistêmicas e não pessoais como ocorre no grupo primário. Os grupos existentes na escola são exemplos de grupos funcionais: grupo de professores, grupos na sala de aula, conselho de classe, grêmios estudantis, etc. O mesmo pode-se dizer dos grupos formados em unidades de saúde, como por exemplo, de gestantes, de técnicos, de familiares, de usuários com transtornos neuróticos, grupo de pessoas com doenças crônicas (MARTINS, 2003, p. 207).

O problema deste estudo, se instaura, nesse triste e real contexto supracitado, observando-se que o senso comum tende a compreender o racismo de maneira simplista, porém, essas ações preconceituosas e por vezes proibitivas afetam o estudante em seu percurso educacional. Tais casos, que são reflexo de um racismo estrutural, vão muito além das expressões verbais e apelidos caracterizados dentro do bullying. Para tanto, o racismo vai se impregnando de forma gritante, produzindo efeitos devastadores na vida dos indivíduos inseridos no grupo social delimitado.

Para confirmar tal problemática descrita no parágrafo anterior, que se instala nos grupos sociais, Almeida (2019) salienta que é impossível haver democracia numa sociedade racista. A sociedade racista é sistemicamente autoritária, porque precisa se utilizar da força para rejeitar as reivindicações justas da maioria e atender à minoria. Manter a desigualdade, a pobreza e a baixa representatividade política exigem violência sistêmica.

O referido artigo se justifica em prol da reflexão sobre a inclusão que reverbera pela importância da equidade racial nos processos sociais múltiplos do cotidiano e do poder. No entanto, determinados grupos sociais seguem sendo marginalizados e envoltos em um processo estrutural de subjugação que também se reflete no dia a dia estudantil, pois a escola não está alheia da conjuntura do meio. Perante tal justificativa, faz-se necessário esclarecer que o objetivo geral do estudo é discutir como aspectos grupais são fundamentais no contexto contemporâneo, bem como quais são suas influências na construção do pertencimento e da adaptabilidade dos estudantes. Já os objetivos específicos pleiteiam: avaliar aspectos sociohistóricos da formulação racial em solo brasileiro e como a Psicologia Institucional fornece elementos teóricos em prol do entendimento dos males associados ao racismo e suas repercussões.

Por fim, vale esclarecer que, os caminhos metodológicos percorridos por essa pesquisa compreenderam uma abordagem descritiva, bibliográfica e qualitativa, utilizando os descritores em saúde: Fatores raciais, grupo social e educação, bem como artigos provenientes do indexador SciELO, livros, dentre outros descritos científicos ligados ao tema, que foram citados ao longo deste artigo.

2. METODOLOGIA

No que tange a delimitação metodológica do presente artigo e seu lineamento temporal, conceitua-se: Definição do tema (propósito do artigo), objetivos delimitados (direcionamento), a busca de literatura (foram selecionados artigos de acordo com palavras chave em bases de dados oficiais). A busca de artigos, livros e dissertações dentro do escopo proposto foi realizada no mês de agosto, do ano de 2023, os critérios de inclusão foram: Produções em português, indexadas em bases de dados oficiais e institucionais, tais como bibliotecas virtuais vinculadas a faculdades, LILACS e SCIELO.

Para a realização da exploração, foram utilizadas as seguintes palavras chave de acordo com os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Fatores raciais (Race factors); Grupos raciais (Racial groups); e Educação (Education). Os termos delimitados foram identificados também ao longo dos artigos científicos e teses. As produções literárias (livros) foram incluídas de acordo com a busca individualizada em cada obra pelos seguintes termos: Grupo, Educação e Processos grupais, possuindo afinidade com o tema proposto pelos presentes autores.

3. OS GRUPOS SOCIAIS E AS INSTITUIÇÕES

Um grupo para Lapassade (1924-2008) é a base da vida cotidiana. Um nível social no qual existem normas e controle. É importante compreender que os grupos sociais são constituídos por pessoas que possuem algo em comum e que interagem em busca de um mesmo objetivo. Em todo Grupo Social estão contidas as instituições, que são dotadas de regulamentos e normas que buscam satisfazer as necessidades sociais e manter a ordem em seu referido grupo. Cabe entender que a Instituição é o que mais se reproduz e o que menos se percebe nas relações sociais e, o Psicólogo é um profissional da área de saúde, que tem competência para trabalhar com as relações instituídas com o desígnio em promover relações mais respeitosa e saudáveis em benefício da saúde mental dos integrantes de um grupo social.

Nessa concepção, compreende-se que toda troca entre seres perpassa pelos grupos, sendo assim, é crível dizer que os grupos fazem parte da base da vida cotidiana, embora seja primordial no contexto civil, está subordinado a níveis superiores de organização, sendo sobredeterminado pelo contexto posto, mais especificamente pela institucionalidade. Vale

destacar que, nos grupos ocorrem as relações constituída pelos instituídos (superiormente) que no cotidiano convivem sob relações constituídas por leis, respostas aceitas ou corrigidas, isto pode ser percebido na fala com terceiros do mesmo grupo. Existe há mediatização de aspectos institucionais inclusive na primariedade dos grupos, mesmo que não seja um componente perceptível para os demais (GUIRADO, 2004).

Nos grupos, a rotina acontece através dos processos grupais, que são provenientes de aspectos estabelecidos, não existe, portanto, ocasionalidade nós mesmos, nem finalidade estabelecida e fechada, muito menos está associada a paz e harmonia necessariamente, mas sim ao processo de identidade e eventuais contradições (MARTIN-BARÓ, 1989). Considerando o que é produzido por um grupo de pessoas, depende de como se dá a sua relação. Logo, viver é fazer parte de um grupo, por esse motivo, entende-se que é no grupo que se forma o conhecimento, estabelecendo e fazendo cumprir suas regras. Portanto, o que se faz para conviver, rodeado de pessoas, deve estar acordo com o contexto do grupo que se faz parte.

Segundo Lapassade (1977) para viver em grupos, é preciso estabelecer certas regras, que servem para garantir a previsibilidade, regularidade, e a mediação de conhecimento, ou seja, o que e como deve ser internalizado. Desse modo, compreende-se que essas regras são importantes pois oferecem segurança e atendem às funções social e psicológica. Para tanto, é vital que os grupos devem ter regras para limitar as possibilidades das ações de ser e fazer, respeitando a previsibilidade do outro nas relações de interdependência, como também, promover a segurança da função psicológica em prol de deixar seus componentes menos ansiosos e angustiados. Ainda conforme Lapassade (*op. cit.*)

Os conjuntos sociais: os grupos, as organizações e as instituições - tomando-se esse último termo ao nível das estruturas da sociedade global - nunca são fechadas em torno deles mesmos. Um grupo primário é sempre tomado nas determinações das organizações e das instituições; uma organização social - escola, empresa, hospital - comunica-se necessariamente com outras organizações em conjuntos institucionais; além disso, a organização nunca é totalmente homogênea: na empresa, organizações encontram-se, cooperam, entram em conflito (LAPASSADE, 1977, p. 186).

Assim sendo, os grupos, bem como os seus processos (processos grupais) representam muito mais a heterogeneidade, mudança e divergência, sendo palco de conflitos internos que podem ser benéficos a médio e longo prazo, evidenciando aspectos ocultos ou não tratados pelos entes envolvidos. O implícito pode tomar lugar na então estabilidade de “cemitério” até então estabelecida, conflitos e agitações fazem parte dos processos grupais.

Observa-se o quão as relações sociais são complexas, pois os indivíduos precisam compreender que em grupo os objetivos são comuns e não ao bel prazer de cada integrante. Nesse sentido, Émile Durkheim (1858-1917) reflexões acerca das influências do pensamento coletivo podem ser feitas, principalmente de sua influência na individualidade. Álvaro e Garrido (2017, p. 8) corroboram explicando que a “consciência coletiva é, afinal, a que determina a consciência individual. As relações entre a sociedade e o indivíduo se explicam mediante o mecanismo da coerção”. Para os autores é fundamental entender que os fatos sociais empreendem um poder coercitivo sobre as pessoas. Nesse interim, observa-se que a coerção que a sociedade fomenta sobre os indivíduos pode adotar diferentes formas, em estes mesmo autores, contextualizam como acontece dia a dia das pessoas, “a sanção, que deriva da infração das leis, as limitações impostas pela linguagem, a influência social, as restrições impostas pelo desenvolvimento natural ou tecnológico, e as crenças, normas e regras que se aprendem durante o processo de socialização” (*op. cit.*, p. 8).

Diante do descrito, analisa-se que o social, bem como a representação da coletividade se sobressai ao pessoal, teria então o indivíduo algum grau de autonomia em grupos e na própria sociedade? As influências do meio no desenvolvimento de comportamentos variados é constatada pela reprodução maciça de repertórios comportamentais, bem como inibição de outros. Olhando de maneira específica para grupos sociais tais como: idosos, crianças e adolescentes, suas expressões verbais e comportamentais estão sujeitas às contingências do meio, bem como as punições sociais veladas. A adolescência, bem como a infância estão subordinadas às regras, pressupostos e mandamentos dos responsáveis.

Assim como os idosos (com ou sem comprometimento de suas respectivas funcionalidades e atividades diárias) são por vezes tolhidos quanto a opiniões, pensamentos e atitudes diante de suas próprias existências, tendo que por vezes submeter ao ‘colegiado’ suas decisões que deveriam ser monocráticas. As tensões embora sejam lidas enquanto fator negativo na dicotomia estabelecida até então, é comum em grupos diversos independentemente de seus respectivos tamanhos e finalidades. Divergências são produto da individualidade, seres diferentes entre si agrupados pensam e agem dentro singularidade, embora estejam ‘juntos’.

A respeito da relevância em nutrir a reflexão acerca do que se é exposto no contexto grupal faz parte do próprio processo contínuo de pertencimento, a absorção não absoluta ou imediata de pressupostos e diretrizes é natural, tendo em vista a ambivalência eterna entre

razão e crítica no interior do eu, como preconiza a Gestalt, em explicações acerca do todo e de suas partes, Ferreira (2014) descreve que:

O grupo é construído a cada dia, pelos indivíduos, e com a participação coletiva dos integrantes desta comunidade. O indivíduo é um Ser social, e gosta de compartilhar com seus semelhantes as formas de agir, pensar, aprender. É a estimulação que constrói os significados das interconexões das relações e estabelece uma existência. A natureza do grupo pode estabelecer diferença real sobre as atitudes e os comportamentos do indivíduo. Podemos considerar os princípios da Gestalt da interação entre as partes e o todo, que introduz importante qualificação nas sugestões de prestígio do indivíduo perante o grupo -, são influenciados pela opinião do outro, com crítica ou com aceitação (FERREIRA, 2014, p. 53).

Perante o exposto, pode-se analisar que trabalhar em equipe não significa necessariamente atuar em grupo, diferenciações precisam ser feitas, a equipe pode ser lida enquanto a junção de pessoas em torno de conveniências diversas, não inatas muitas vezes, acerca dos dois termos pode-se refletir sobre o que Fortuna *et al* (2005) salientam:

Falar de equipes e grupos não equivale a dizer que esses dois termos são sinônimos, mas que, por meio da compreensão dos processos grupais presentes nas relações cotidianas das equipes, se pode construir a equipe, sua capacidade de gerar críticas e significados distintos daqueles a que já nos acostumamos e que apenas reproduzem o jeito conhecido de trabalhar (FORTUNA *et al.*, 2005, p. 264).

Assim sendo, indivíduos podem ser lidos enquanto coletivos ou equipes, muito embora não se comportem enquanto grupo. De qualquer sorte, os processos grupais ocorrem na coletividade, mesmo que aconteça em pequenos grupos, verdadeiros nichos casuísticos que se formam em faixas etárias, classes sociais e opiniões diversas. Por conseguinte, acerca dos pequenos grupos e suas funcionalidades, Martins (2003) conclui:

A maioria dos pequenos grupos existente na sociedade caracteriza-se na verdade, como grupo funcional, pois sua identidade é construída pelo papel social que o indivíduo desempenha, sendo o poder centrado geralmente na capacitação e na ocupação social de seus membros, tendo, portanto, como eixo de sua atividade grupal a satisfação de necessidades sistêmicas e não pessoais como ocorre no grupo primário. Os grupos existentes na escola são exemplos de grupos funcionais: grupo de professores, grupos na sala de aula, conselho de classe, grêmios estudantis, etc. O mesmo pode-se dizer dos grupos formados em unidades de saúde, como por exemplo, de gestantes, de técnicos, de familiares, de usuários com transtornos neuróticos, grupo de pessoas com doenças crônicas (MARTINS, 2003, p. 207).

Dessa forma, considera-se que o processo grupal, acontece neste campo social e é constituído pela própria dinâmica em grupo, envolve as relações, interações, conflitos, transferências e contratransferências e identificações que estão presentes dentro de um grupo. Por conseguinte, Lewin (*apud* MAILHIOT, 1981) elabora suas primeiras hipóteses sobre a dinâmica dos pequenos grupos: o grupo constitui o terreno sobre o qual o indivíduo se mantém; sendo visto como um instrumento e uma realidade da qual o indivíduo faz parte, mesmo aqueles que se sentem ignorados, isolados ou rejeitados. Em relação ao processo grupal, é necessário compreender as obrigações que ocorrem dentro do grupo, quais sejam: de inclusão, controle e afeição. A esta luz, pode-se entender que o processo grupal na visão desse mesmo autor, perpassa pelo comportamento dos indivíduos, consequente de um campo de determinantes interdependentes e, que precisa considerar os fatores externos e internos à pessoa que faz parte desse grupo.

4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MINORIAS PSICOLÓGICAS

As caracteres carregadas pelos grupos podem representar fatores psicossicológicos de proteção ou risco a depender do contexto dos mesmos na sociedade, em relação especificamente ao grupo negro, fatores de risco podem ser elencados aos montes a depender do critério utilizado para classificação. É de notório saber os perigos ao desenvolvimento humano e social aos quais estão expostos os afrodescendentes, por razões sociológicas e históricas que ainda repercutem na vida de descendentes diretos e indiretos dos povos escravizados no período colonial.

Os fatores de proteção podem ser citados, tais como as cotas e as leis de injúria racial e racismo, embora sejam direitos, devem ser encarados como fator de proteção em um contexto social onde o racismo é institucionalizado e muitas vezes normalizado por diferentes agentes da sociedade civil. Partindo do princípio teórico preconizado por outra figura considerável da Psicologia Social, Kurt Lewin (1890-1947) se debruça sobre aspectos históricos consideráveis de grupos diversos, obtinha interesse particular em refletir acerca das condições históricas de minorias, sendo ele judeu e inserido no contexto de antissemitismo.

A maioria ou minoria adquire um verniz diferenciado na psicologia de Lewin, não estando ligada necessariamente a caracteres demográficos, uma maioria populacional pode

não obter plena capacidade de decisão na definição das diretrizes do seu grupo. Conforme Mailhiot (1981, p. 30):

Um grupo é considerado fundamentalmente como maioria psicológica quando dispõe de estruturas, de um estatuto e de direitos que lhe permitam auto-determinar-se no plano de seu destino coletivo, independentemente do número ou da porcentagem de seus membros. Assim, minorias demográficas podem constituir maiorias psicológicas. É considerado como maior pelo psicólogo social todo grupo humano que se percebe na posse de plenos direitos que dele fazem um grupo autônomo. Por outro lado, um grupo deve ser classificado como minoria psicológica desde que seu destino coletivo dependa da boa vontade de um outro grupo.

Assim, baseado nesse autor, pode-se entender que as Minorias Psicológicas que são consideradas discriminadas (concreta ou suscetível) caminham em passos largos em destino a dependência de um outro grupo majoritário, que geralmente decide seu destino coletivo. Kurt Levin (*op. cit*) é enfático em descrever que toda maioria psicológica tende a se tornar uma minoria privilegiada que goza de privilégios diversos. Nessa lógica, os fatores de proteção (que vieram geralmente por caminhos legislativos ou institucionais) podem ser citados, tais como as cotas e as leis de injúria racial e racismo, embora sejam direitos, devem ser encarados como fator de proteção em um contexto social onde o racismo é institucionalizado e muitas vezes normalizado por diferentes agentes da sociedade civil, mas ineficiente se pensarmos no contexto educacional onde a grande maioria do público presente é composto por menores de idade, impossibilitados de receberem algum tipo de sanção civil ou criminal, sendo repreendidos nas manifestações verbais, por vezes tímidas na resolução da problemática apresentada.

Embora se configure enquanto maioria (na junção com pardos) o grupo negro possui vulnerabilidades sociais que independem de sua classe econômica, vontade ou poder de pressão em instâncias políticas e judiciais. Seu destino coletivo é decidido sem a sua presença, tendo em vista a falta de representação social em instâncias de poder tais como o legislativo e judiciário. A maioria demográfica por si só não é constituída de poder para definir aspectos fundamentais de sua existência, jogando a chave de suas vidas na mão de alheios que por vezes desconhecem as dinâmicas internas dos seus grupos, pouco conhecendo os processos grupais ali inseridos.

Logo, a representação numérica perde força diante do controle ostensivo dos meios de produção, do capital político, financeiro e social. Não se trata tão somente de organizar maiorias populacionais em torno de direitos, as pressões sociais ao longo da história contaram

com a compressa da parcela detentora do poderio. Fazer parte de maneira inata a um grupo oprimido, marginalizado e alvo de diferentes ataques do estado, bem como de seus tentáculos adicionais, acrescenta alto teor de desprendimento no ente grupal. O pertencimento é acrescido da luta, bem como da resistência simbólica da existência.

De acordo com a teoria das representações sociais preconizada por Serge Moscovici (1925-2014) mesmo na presença de conflitos internos do indivíduo com representações de seu grupo, ele conhece a representação social e por intermédio dela sabe perceber aproximações simbólicas com o que seu ‘nicho’ pensa e acredita, desse modo, Wachelke e Camargo (2007) abordam que:

Mesmo que um dado indivíduo possua crenças que questionem os conteúdos da representação de seu grupo, ele tem consciência da existência da representação social, e provavelmente saberá que se trata de um conhecimento mais ou menos atribuído àquela categoria social de que faz parte, ou a uma outra. No caso, a representação social não determina sua representação individual, mas serve como uma referência para que esta seja construída. Percebe-se que, segundo essa perspectiva, não há conflito entre as noções de representações do grupo e do indivíduo, ao mesmo tempo em que é respeitada a especificidade de cada uma (WACHELKE; CAMARGO, 2007, p. 386).

É lógico dizer que as representações sociais mesmo que trazidas de dentro para fora (grupo para indivíduo) possui o poder de transpassar a individualidade tal como questões e diretrizes societárias, descritas por Moscovici (2007):

Para alargar um pouco o referencial, nós podemos afirmar que o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual (MOSCOVICI, 2007, p. 40).

Embora possuam diferenças consideráveis quanto a abordagem destinada a fenômenos históricos e filosóficos, Durkheim e Moscovici dão a coletividade a dimensão da grandeza, imprimindo ao indivíduo um encaixe que varia de acordo com sua inserção no coletivo. Entende-se por encaixe justamente pelo não apagamento total do eu em face do grupo, perante essa afirmação, Almeida, Santos e Trindade (2014) socializam que:

Durkheim focava a análise mais no caráter coletivo do que em suas características cognitivas, o que, aliás, é compreensível, devido aos desafios acadêmicos da sociologia da época. Já encontramos, no entanto, o caráter fecundo da noção de representação, na medida em que é uma espécie de

interface cognitiva entre o nível individual, onde cada um apreende a realidade por meio de representações mentais individuais, e o grupo, que só pode existir e funcionar como tal com os objetos mentais na sua medida, isto é, coletivos. Portanto, há uma ambivalência de nível ontológico (ao mesmo tempo individual e coletivo) na representação social, uma espécie de caráter tradutor ou, mais precisamente, interpretativo, das percepções do indivíduo (imagens) na consciência de grupo (ideias) (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2014, p. 96).

De qualquer sorte, os indivíduos perdem considerável parte de suas respectivas individualidades quando estão em grupo, tendo que vestir determinadas máscaras sociais que facilitam as interações dos mesmos nestes nichos, entretanto, inegavelmente indivíduos se fortalecem em coletividades.

É primordial lembrar a importância da Psicologia Institucional nesse processo das relações sociais em prol do cuidado da saúde mental das minorias psicológicas, para oportunizar acolhimento que busque o fator de proteção em face do papel social na promoção da aprendizagem através da interação com vínculo saudável em que possa fortalecer o centramento ao outro. Nesse sentido, Pichón Rivière (*apud* RAMALHO, 2011) relata que a dinâmica de convivência em grupo é caracterizada por processos grupais, que se reverbera na técnica de grupo operativo que consiste em um trabalho com grupos, com objetivo em promover o processo de comunicação e aprendizagem para os sujeitos envolvidos.

Por fim, é consoante refletir sobre o que o autor supracitado assevera, confirmando que aprender em grupo significa uma leitura crítica da realidade, uma atitude investigadora, uma abertura para as dúvidas e para as novas inquietações. Formam-se os vínculos de caráter social, que há figuras internalizadas presentes nas relações que envolvem a estrutura psíquica, quando duas pessoas ou mais pessoas se relacionam, se processa um vínculo que contém há presença sensorial corpórea dos dois, mas há um terceiro personagem que está interferindo, que é a relação humana e, esta precisa direcionar ao integrante a aprender a internalizar o seu sentimento de pertencimento no grupo, o que pode não se realizar em processos vexatórios de caráter constante, fazendo com que o indivíduo escolar seja desvalorizado enquanto sujeito e se sinta enquanto não pertencente daquele contexto estudantil.

5. RAÇA: COMPLEXIDADE EM SI SÓ E O PAPEL DO RESPEITO NA SUBJETIVIDADE DO OUTRO NO GRUPO SOCIAL

Conceituar raça por si só já é um fator complexo, tendo em vista a constante junção de pretos e pardos para fins estatísticos, tal padrão é adotado pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística/IBGE (BRASIL/IBGE, 2012) e entes federativos na formulação de políticas públicas destinadas ao povo negro. Em meio a essa junção, debates acerca do colorismo também são observados. O racismo no Brasil adquire variadas cores, possuindo raízes históricas, sociais e econômicas, acerca deste:

A consequência imediata de tal operação sociológica é de que se trata indiferenciadamente como racismo múltiplas descrições negativas de natureza cultural, de gênero, étnica que, mesmo que possam ter consequências distributivas semelhantes, não são indiferenciadas, quando observadas do ponto de vista das pessoas concretas nelas envolvidas. Nesse caso, como conceito geral, parece-me que a categoria segregação traduz melhor a realidade social das relações desiguais, na medida em que comporta simultaneamente a relação moral de reprodução das hierarquias e as formas diversas em que a assimetria social se expressa materialmente o acesso desigual a bens sociais como escola, equipamentos urbanos, rendimentos etc. Permite também a construção de atributos que qualifiquem a situação particular de humilhação moral e de desigualdade social, podendo-se referir a uma segregação de gênero, social, cultural, étnica, espacial e uma propriamente racial, que seria adequadamente chamada de racismo (COSTA, 2002, p. 50-51).

Em primórdios sociológicos, a definição de racismo e suas formas de combate variaram, não explicar a raça utilizando apenas aspectos naturalistas ou biológicos ganhou força no ambiente acadêmico ocidental:

A primeira solução proposta para erradicar o racismo pelos cientistas sociais reunidos pela Unesco em 1949, em Paris, foi banir o próprio termo raça. O racismo derivaria da crença em raças humanas, que não teria base científica suficientemente sólida para sustentá-la. As ciências, ao se utilizarem do conceito de raça, serviriam apenas para dar legitimidade e força simbólica às relações de poder que subordinavam, oprimiam e exploravam coletivos sociais em todos os continentes. Em nossos termos: as ciências, ao usarem o termo raça, perpetuariam a ideologia que o sustentava, ajudando assim a institucionalizar a racialização. O desdobramento mais importante da Primeira Declaração sobre Raça da Unesco foi, entretanto, universalizar a compreensão de que o racismo começa quando se pretende explicar a cultura e a sociedade pela natureza física ou biológica. O racismo seria a redução da sociedade à natureza, a substituição da compreensão das culturas humanas pela explicação naturalista. As resoluções de 1948, entretanto, ficaram como meias verdades. Como deixou claro a segunda reunião de cientistas, agora majoritariamente das ciências naturais, convocada pela Unesco em 1951, justamente para rever a primeira declaração, a raça era um conceito do qual as ciências naturais relutavam em abrir mão. E, acrescento, que se revelaria também imprescindível para a luta política contra o racismo nos Estados Unidos e outras partes do mundo, como veremos adiante. Manteve-se, contudo, o consenso de que as ciências naturais não poderiam explicar relações sociais (GUIMARÃES, 2016, p. 166-167).

Complexidades envoltas nas questões internas da própria raça possuem por vezes fundos biológicos ou genéticos, tais como o motivo pelo qual a gradação da pele ocorre em uma mesma etnia, entretanto, as implicações sociais decorrentes do mesmo devem ser observadas e estudadas na realidade da própria sociedade. Será possível observar na realidade as camadas do racismo e suas diferentes atuações no tecido social, comprometendo a auto estima, aceitação e sobretudo a saúde mental de quem é por ele afetado, tais caracteres não podem ser colocados em potes, muito menos em amostras.

Tendo variadas expressões, o racismo enfraquece indivíduos e grupos sociais ligados ao que se conceitua enquanto negro, atingindo a constituição do ser na sua integralidade, tendo em vista que ninguém escolhe ou procura ser negro, é uma característica inata de determinados seres. Em sendo inata, as opressões são lançadas em qualquer idade e período de desenvolvimento, em idades iniciais, pode-se criar a questão norteadora de uma existência por um período longo, tendo em vista que a pergunta cruel se forma no inconsciente da criança ou adolescente “Porque sou marginalizado por ser quem sou?”.

Não seria exagero conceituar o racismo enquanto fator de risco ao desenvolvimento do ser biopsicossocial que querendo ou não, necessita de aprovação de terceiros ou melhor dizendo, do mínimo de aceitação e acolhimento pelos círculos sociais em que estão inseridos na escola, trabalho e ademais. Considerando estreitamente o quesito numérico, os negros (enquanto grupo heterogêneo, multifatorial e inacabado) podem ser lidos enquanto uma maioria demográfica em comparação a outros grupos raciais e étnicos:

Essas relações assumem relevância especial no caso do Brasil. Hoje, o Brasil é o país com maior número de habitantes de descendência africana do mundo, com exceção da Nigéria. De acordo com estimativas preliminares, o censo de 1991 indicou quase 150 milhões de brasileiros, sendo que quase a metade deles foi classificada como negro ou mulato. Além disso, o Brasil ocupa um lugar de destaque no estudo das relações raciais por causa de sua história de miscigenação generalizada, de um resultante sistema dinâmico de classificação multi-racial, e da ausência de um sancionamento legal da discriminação desde que a escravidão foi abolida em 1888. Essas características únicas ajudaram a criar a visão geralmente aceita, mas cada vez mais suspeita, de que o Brasil é uma democracia racial livre da segregação, da violência e da discriminação raciais que marca outras sociedades multi-raciais como os Estados Unidos (LOWELL, 1995, p. 39).

A democracia racial favorece o entendimento errôneo e generalizante de que tensões sociais provenientes de desigualdades raciais seriam fabricadas ou até mesmo irreais, desconfigurando a harmonia racial presente no Brasil em consequência das misturas

multilaterais de raças e etnias. As tensões raciais, bem como os conflitos grupais no Brasil e fora dele, se dão pela histórica desigualdade econômica, racial e social que se encontra nas mais variadas democracias modernas, a vítima (neste caso o grupo social negro por assim dizer) não deve ser colocado no centro da culpa e muito menos da solução, tendo em vista que não gerou ou perfilou o requerido problema racial.

Logo, as pessoas não refletem sobre a importância do respeito à subjetividade do outro, em fazer uma análise consciente, empática e da compreensão mútua, das formas de ser e agir dos humanos, assim como, as influências nas interações relacionais. Nesse prisma, Pichon-Rivière (1986) considera que a subjetividade é determinada histórica e socialmente, enquanto o sujeito se constitui como tal no processo de interação entre sujeitos, do qual o vínculo, como relação bicorporal, e o grupo, como rede vincular, se fundam em unidades de análise. Para tanto, as relações nos grupos sociais, requer profundas reflexões sobre as funções psicológicas em prol da qualidade da saúde mental do sujeito no grupo. E esse autor, alerta que "o sujeito não é só um sujeito relacionado, é um sujeito produzido em uma práxis. Nele não há nada que não seja a resultante da interação entre indivíduo, grupos e classes" (PICHON-RIVIÈRE, 1986, p. 174). Entende-se que a ação da conduta individual funciona como um conjunto de operações materiais e simbólicas que precisam avançar em suas relações com desígnio de realizar suas possibilidades e a reduzir as tensões que ameaçam sua unidade e assim compromete as relações sociais.

No entanto, a triste realidade do racismo e preconceito reverbera consequências sérias para a saúde mental e que requer acompanhamento psicológico, um dos fatores afetados diretamente e, segundo Da Mata (2015) pode-se elencar a identidade e a autoestima. Da Mata (*op. cit.*) enfatiza que possuindo referências identitárias valorizadas na sociedade (heróis, pessoas bonitas, inteligentes) resta ao grupo subalterno se identificar com a sua 'inferioridade natural' ou reivindicar para si um ideal de ego branco.

Diante do relato de Da Mata (*op. cit.*) compreende-se que o estereótipo de beleza é um dos modelos que coaduna o racismo e o preconceito. Nessa conjuntura, que o racismo e os preconceitos perpassam desde a necessidade constante dos negros lutarem contra os padrões europeus de beleza, até a falta de oportunidades no mercado de trabalho e a inferiorização do ser que difere do estabelecido. Em consequência disso, o autor supracitado, versa que muitos problemas psicológicos podem ser desenvolvidos, como baixa autoestima por exemplo, fator ainda mais grave em indivíduos em formação, fragilizando a longo prazo suas auto impressões acerca de si e do grupo étnico do qual faz parte. A psicologia que desenvolve um

trabalho sobre os valores humanos nas relações sociais pode contribuir para promoção da saúde e do bem-estar das instituições escolares e seus integrantes. Por fim, o estabelecimento contínuo de marcadores negativos ao outro no ambiente escolar, é um comportamento repetido em instituições privadas ou públicas de ensino, fragilizando o estabelecimento da subjetividade em sua plena forma, tendo em vista que indivíduos fragilizados pelas marcas do preconceito tendem a adotar padrões comportamentais introvertidos em virtude da não aceitação de determinados grupos hostis no contexto escolar.

6. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PARA ALÉM DO ENSINO

Embora a coibição de manifestações de racismo seja imprescindível no plano legal, conquistas e avanços alcançados nessa direção não bastam para transformar as concepções arraigadas no imaginário da população brasileira. Em razão disso, muitos estudiosos das relações interétnicas e militantes de grupos negros organizados no país têm apontado para a necessidade de se dar maior atenção ao processo educativo que se desenvolve em várias instâncias da convivência humana (VALENTE, 2005). Devido a tamanha disparidade de exigências, a escola aceita, assume e consolida as desigualdades existentes na sociedade, sejam elas de ordem social, cultural ou étnico-racial. Assumindo-se a idéia idealista de que a escola é igual para todos, teoricamente se assume também a premissa de que cada indivíduo chega onde sua capacidade e esforço pessoal lhe permitem chegar, sendo ignorados os pontos cruciais de desigualdades impostos por questões diversas, principalmente sociais (FRANCISCO JUNIOR, 2008).

Assim sendo, a Lei 10.639/03 promulgada em 2003 possui o intuito de ensinar de maneira curricular e pedagógica a história e cultura afro-brasileira do ensino fundamental até o ensino médio, mesmo possuindo um caráter reflexivo mas não necessariamente interventivo, a mesma foi (e ainda é) alvo de críticas e discussões, demonstrando o pouco empenho coletivo na efetividade da educação antirracista, que deve atingir os muros frios das instituições de ensino.

Se por um lado há uma tradição consolidada dos estudos sobre a questão racial no Brasil no âmbito das ciências sociais, por outro, há ainda uma extrema dificuldade em transpor estas discussões no campo educacional (OLIVEIRA, 2014). Pensar nos estudos raciais históricos perpassa também pela contemporaneidade e pelos novos desafios sociais

impostos a comunidade preta, fazendo com que a historicidade não seja estática, abordando temas caros a esta minoria psicológica:

Devido à importância da raça na constituição da sociedade brasileira é que esses saberes devem fazer parte da educação escolar, dos projetos educativos não escolares e do campo do conhecimento de maneira geral. São eles: os saberes produzidos pela comunidade negra e sistematizados pelo Movimento Negro Brasileiro; os saberes identitários (o Movimento Negro, especialmente no contexto das políticas de ações afirmativas, recoloca o debate sobre raça no Brasil e o ressignifica); os saberes políticos, representados pelo Estado, (sobretudo o Ministério da Educação), que passam a tematizar sobre as desigualdades étnico-raciais; e os saberes estéticos-corpóreos, que tangem à estética da arte, à estética como forma de sentir o mundo, como forma de viver o corpo (SILVA, 2021, p. 13).

Tais saberes, como dito anteriormente, não se engessaram no tempo, afinal as demandas do povo preto ultrapassaram a historicidade e hoje se configuram enquanto questões por vezes de estado, tendo em vista que tópicos como o impacto do desemprego, o genocídio da juventude preta e demais singularidades de um coletivo contextualizado também fazem parte da história recente, sendo portanto, alvo de reflexões no dia a dia estudantil. Convém observar que o conceito de educação articulado pelo movimento negro em determinadas fases é amplo, compreendendo tanto a escolarização quanto a formação cultural e moral do indivíduo. A palavra “educação” era usada frequentemente com esses dois sentidos, sendo um construto que não passa tão somente pela transmissão de saberes componenciais (DOMINGUES, 2009).

A educação antirracista, portanto, envolve múltiplas estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com o objetivo de promover a igualdade racial e superar formas de discriminação, opressão, preconceito e segregação em espaço de poder. Essas mudanças envolvem a reavaliação tanto do currículo oculto como do currículo formal (DIALLO; LIMA, 2022). Implantar uma lei, muito embora corra o risco de ter sua efetividade desafiada pelo tempo e por demais contingenciais do meio, possui um caráter pedagógico, deste que seja vista enquanto figura ampla e mutável, passível de alterações e contribuições ao longo de sua efetivação jurídica:

A implementação da Lei nos diferentes projetos educacionais, construídos pelos grupos sociais que integram a sociedade, possibilitará a todos – independente de seu pertencimento racial – conhecimentos históricos e culturais que foram silenciados pelo projeto de educação eurocêntrica e hegemônica construído pela elite dominante branca. Projeto este que teve o intuito de negar a negritude e a identidade do negro brasileiro. Portanto, a efetivação da Lei possibilitará não apenas ao negro brasileiro

o orgulho de seu pertencimento racial e de sua ancestralidade, mas também servirá de ferramenta para libertá-lo do estigma da inferioridade imposto. Em contrapartida, além de colocar em xeque o estigma da superioridade do branco, contribuirá para abrir um processo de reconstrução da identidade ético-racial do país (ANTUNES-ROCHA; HAGE, 2010, p. 86).

Os professores, ao adotarem um objetivo crítico em suas aulas, colaboram no sentido de desenvolverem uma consciência própria como agentes sociais. É preciso que alunos e professores reflitam sobre suas experiências de vida, que entendam a relação social entre raça, etnia e escola. Quando desafiamos os estereótipos, somos empoderados, transformando a cultura da escola. O letramento racial crítico pode ser uma possibilidade para a aplicação da Lei 10.639/03 (SOUTA; JOVINO, 2019). Dessa maneira, é esperado dos professores e da escola mudanças de práticas no tocante ao ensino da cultura e história africana e afro-brasileira. É preciso descolonizar o currículo e todas as formas de reverberação contemporânea do eurocentrismo, incompatível com valores democráticos, educacionais e institucionais (BRUSSIO; MAGALHÃES, 2022).

Destaca-se o caráter micro efetivo de uma lei, tendo em vista que abrir um processo de reconstrução que em sendo um processo, necessita de uma estrutura macro para gerar os impactos efetivos pretendidos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em raça na contemporaneidade implica em analisar as possíveis tensões raciais e sociais provenientes do debate racial até então forte nos meios sociais e acadêmicos da brasilidade. Muito embora o racismo se apresente enquanto fator enfraquecedor dos grupos sociais e suas conjunturas, o indivíduo negro está no centro das ofensas proferidas por racistas em meios realísticos e nas redes sociais, forma que vem se popularizando no presente século, se constituindo também enquanto crime.

Diante do descrito, constata-se que o problema e os objetivos deste estudo foram efetivados a luz do embasamento dos autores que sustentam através de suas pesquisas conhecimentos em prol da Racialidade e Processos Grupais: Reflexões Sobre o Papel da Psicologia Institucional no Desenvolvimento do Ensino-Aprendizagem, pois, o embasamento bibliográfico levantado demonstra que aspectos grupais são fundamentais no contexto contemporâneo, bem como influenciam na construção do pertencimento e da adaptabilidade dos estudantes, tendo em vista que o racismo estrutural empregado a esta minoria psicológica possui repercussões contemporâneas e iminentes.

REFERÊNCIAS

ALVARO, José Luis; GARRIDO, Alicia. **Psicologia Social; Perspectivas Psicológicas e Sociológicas**. Porto Alegre: AMGH, 2016.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo. **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej. **Escola de Direito - Reinventando a escola multisseriada**. 1. ed. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 2010.

BRÚSSIO, Josenildo Campos; MAGALHÃES, Raimundo Sousa. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. **Kwanissa**, São Luiz, v. 5, n. 13, p. 82-99, jul/dez, 2022.

COSTA, Sérgio. A construção sociológica da raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 35-61, 2002.

DA MATA, Valter. **O racismo é, sim, promotor de sofrimento psíquico**. 2015. <https://site.cfp.org.br/o-racismo-e-sim-promotor-de-sofrimento-psiquico>. Acesso em 20 de Mai de 2023.

DIALLO, Cíntia Santos; LIMA, Cláudia Araújo de. História dos afro-brasileiros, africanos e a educação antirracista: o olhar das/os professoras/es das licenciaturas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, p. 1-17, 2022.

DOMINGUES, Petrônio. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 963-994, set./dez. 2009.

FERREIRA, Rita de Cássia Campos. **Psicologia Social e Comunitária - Fundamentos, Intervenções e Transformações**. São Paulo: Érica, 2014.

FRANCISCO JUNIOR, Wilmo Ernesto. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 14, n. 3, p. 397-416, 2008.

FORTUNA, Cinira Magali; MISHIMA, Silvana Martins; MATUMOTO, Silvia; PEREIRA, Maria José Bistafa. O TRABALHO DE EQUIPE NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: REFLEXÕES A PARTIR DE CONCEITOS DO PROCESSO GRUPAL E DE GRUPOS OPERATIVOS. **Rev Latino-am Enfermagem**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 262-268, mar/abr. 2005.

GUIRADO, Marlene. **Psicologia Institucional**. São Paulo: E.P.U, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Social**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 161-182, mai. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KASSIN, Saul; FEIN, Steven; MARKUS, Hazel Rose. **Psicologia Social**. Boston: Cengage, 2021.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LOWELL, Peggy. Raça e Gênero no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 7-35, 1995.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Sistema, grupo y poder**. 1. ed. San Salvador: UCA, 1989. (Colección Textos Universitarios, 10).

MAILHIOT, Gérald Bernard. **Dinâmica e gênese dos grupos**. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. PROCESSO GRUPAL E A QUESTÃO DO PODER EM MARTÍN-BARÓ. **Psicologia & Sociedade**, Pernambuco, v. 15, n. 1, p. 201-217, jan/jun. 2003.

OLIVEIRA, Luiz Fernandez de. Educação Antirracista: tensões e desafios para o ensino de sociologia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 81-98, jan./mar. 2014.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

RAMALHO, Cybele MR. **O que é dinâmica de grupo?** In: Psicodrama e dinâmica de grupo. São Paulo: Iglu, 2011.

SILVA, Renato Jesus da; GUEDES, Maria do Carmo. A evolução do conceito de grupo em Silvia Lane. **Psic. Rev.**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-197, 2015.

SILVA, Marcos Antonio Batista. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, p. 1-18, 2021.

SOUTA, Marivete; JOVINO, Ione da Silva. LETRAMENTO RACIAL E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 41, n. 2, p. 147-166, jul/dez. 2019.

WALCHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais, representações individuais e comportamento. **Interamerican Journal of Psychology**, Rio Grande do Sul, v. 41, n. 3, p. 379-390, dez. 2007.

VALENTE, Ana Lúcia. Ação afirmativa, relações raciais e educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 62-77, 2005.